



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

331

Complexidade do Sistema Bancário Brasileiro: Interações de Pessoas Jurídicas e Físicas, Bancos Privados e Públicos

Fernando Nogueira da Costa

Março 2018

**Complexidade do Sistema Bancário Brasileiro:
Interações de Pessoas Jurídicas e Físicas,
Bancos Privados e Públicos**

Fernando Nogueira da Costa

Resumo:

O objetivo deste artigo é a focalização, em uma rede de relacionamentos financeiros, de quatro nódulos-chave: Pessoas Jurídicas e Físicas, Bancos Privados e Públicos. As particularidades desses componentes importam, dentro de suas cadeias de interconexões, para simplificar a análise da complexidade do sistema bancário nacional. Considerando o todo, em uma visão holística, superamos o individualismo metodológico da literatura da “financeirização”, cujo foco se restringe ao pressuposto parasitismo do capital financeiro face ao capital produtivo. Contrapomos a cidadania financeira – acesso popular a crédito, investimentos e sistema de pagamentos –, a ser progressivamente conquistada, como a inovação capaz de reorientar a dependência de trajetória que se afasta das condições iniciais desse sistema. A democracia da propriedade implica na inclusão financeira de cidadãos ainda à margem dos benefícios das funcionalidades do complexo sistema bancário brasileiro.

Palavras-chave: Escolha de Portfólio; Decisões de Investimento; Bancos

Classificação JEL: G11 - G21 - G23.

1. Introdução

O tema escolhido para este artigo diz respeito à complexidade do sistema bancário nacional. Os estados de um sistema complexo emergem a cada conjuntura – e são diagnosticados em distintas escalas de análise – de acordo com as interações entre seus diversos componentes.

Simplicidade é a consequência de uma análise bem-sucedida da Complexidade. Para diagnosticar o problema a ser tratado – a descontinuidade da “bancarização” e a perda de competitividade por parte dos bancos públicos após 2015 –, quanto mais nos o desfocamos, de início, e observamos toda a economia como um sistema complexo, melhor nossa chance de focalizar e ponderar os detalhes simples que mais importam.

O *holismo* é um conceito criado a partir do reconhecimento da tendência natural da evolução criativa configurar um todo que se comporta de maneira diferente da deduzida por mera agregação das suas partes. Na área econômica, visão holística é a visão global de um sistema econômico através das interconexões

de todos os seus componentes, estratégias e atividades, que resulta em representação de sua rede de relacionamentos dinâmicos, isto é, que variam ao longo do tempo. Essa visão é oposta à da lógica mecanicista, inspirada na Física newtoniana, que especializa os economistas em vários setores de atividade, quase sempre focalizando apenas as empresas não-financeiras, o que leva à perda da visão da complexidade sistêmica.

Tradicionalmente, economistas se inspiram nas leis de Newton como método de análise da convergência dos agentes econômicos em observação até um equilíbrio geral. Então, mensuram as interações econômicas entre pares (ou, via princípio da superposição, entre todos os) agentes representativos bem como o resultado destas interações sobre o repouso (estagnação) ou o movimento (crescimento) deles.

A interação entre dois entes econômicos é dimensionada mediante o conceito de forças de mercado. Essas se expressam nas disputas ou trocas entre pares de agentes econômicos. O resultado econômico é interpretado como a resultante da ação crucial do detentor de maior poder de mercado. Este acaba sendo apontado como o responsável pelas dinâmicas econômicas ou ciclos, ou seja, pelas mudanças predominantes ao longo do tempo do ambiente no qual atua. Nesse reducionismo simplório, os “vencidos” são esquecidos, embora sejam componentes importantes.

Buscando superar esse método de análise tradicional e alcançar a modernidade, a Econofísica contemporânea se utiliza da Ciência da Complexidade para revelar os processos econômicos a partir de *Big Data*, isto é, conjuntos de dados muito grandes ou complexos. Antes, a capacidade mental do ser humano não conseguia lidar com eles. Agora, com o auxílio dos aplicativos de processamento computacional de dados, avança nessa linha de pesquisa para detectar a emergência de fenômenos novos de caráter irreversível em estruturas complexas. Reconhece, no entanto, que a vontade coletiva (ou a ação política) pode buscar reorientar ou regular a dependência de trajetória sistêmica com inovações institucionais e/ou regulamentações.

Neste artigo abordo assunto relevante ao processo de desenvolvimento por reunir abordagens micro e macroeconômicas do sistema bancário nacional. Encaro-o como um todo complexo, porém, passível de entendimento ordenado – e dimensionado.

Meu objetivo é a focalização, em uma rede de relacionamentos financeiros, de quatro núdulos-chave: Pessoas Jurídicas e Físicas, Bancos Privados e Públicos. As particularidades desses componentes importam, dentro de suas cadeias de interconexões, para simplificar a análise da complexidade do sistema bancário nacional.

Em uma visão holística de todo o sistema complexo, pretendo superar o problema analítico gerado pela adoção de um individualismo metodológico por parte da literatura da “financeirização”, cujo foco na empresa não-financeira vislumbra só o pressuposto parasitismo do capital financeiro sobre o capital industrial. Ao focalizar apenas a Pessoa Jurídica, a importância da Pessoa Física fica relegada a segundo plano – e ela é um cliente fundamental para o sistema bancário. Da mesma forma, ao destacar somente a economia de mercado de capitais norte-americana (hegemônica por causa da “mundialização do capital financeiro”), essa literatura perde as dimensões e as características da economia de endividamento bancário nacional. Em especial, não percebe a importância dos bancos públicos, em países emergentes, como contraponto a essa suposta “trajetória lógica do capital financeiro em escala global” e como eles dividem ações comerciais com bancos privados, em nichos de mercado, além de cumprir missões sociais.

Minha hipótese é que a cidadania financeira a ser progressivamente conquistada com inovação tecnológica e financeira, além de vontade política, será capaz de reorientar a dependência de trajetória que hoje afasta esse sistema de suas condições anteriores em que privilegiava a clientela com grandes volumes de negócios. O desafio democrático é o sistema financeiro nacional tornar-se dependente da trajetória de inclusão financeira de cidadãos hoje à margem dos benefícios de suas três funcionalidades-chave. Cabe a ele financiar as diversas atividades econômicas e o consumo, oferecer oportunidades de investimentos

financeiros seguros, líquidos e rentáveis, e viabilizar também o sistema de pagamentos eletrônicos de varejo para todos os cidadãos.

Formulado o problema (atual regressão do crédito e da “bancaização”) e apresentada a hipótese (futura conquista de cidadania financeira como planejamento indicativo), dentro do tema escolhido – a complexidade do sistema bancário nacional –, nesta introdução, no tópico seguinte farei uma breve pesquisa e crítica bibliográfica. Priorizarei no terceiro tópico a pesquisa empírica para embasar meus argumentos, iniciando pelo atendimento financeiro dos clientes Pessoas Jurídicas. No quarto tópico, revelarei a importância estratégica de bancos colocarem foco também nas Pessoas Físicas. No quinto tópico, contraporei as atuações de bancos públicos e privados, cada qual explorando seus nichos de mercado. A conclusão do trabalho reunirá os argumentos apresentados em defesa da tese que a cidadania financeira deve ser visto como um direito para todos da quinta maior população do mundo – e um dever estratégico para o sistema bancário nacional se expandir.

2. Breve Pesquisa e Crítica Bibliográfica

A usura é uma bruxa condenada desde o século XIII, quando a difusão da economia monetária ameaçava os milenares valores cristãos (Le Goff; 2013). Um sistema econômico complexo – o capitalista – estava prestes a emergir plenamente séculos adiante. Necessitava, além de novas técnicas para interagir seus componentes, do uso massivo de práticas financeiras condenadas pela Igreja. Uma luta encarniçada, assinalada por proibições religiosas articuladas a valores morais e mentalidades retrógradas, tinha por objetivo a legitimação do que se considerava “lucro lícito”, obtido a partir da submissão dos trabalhadores à nova ordem que iniciava seu longo parto. Crentes distinguiam “a legítima exploração direta do trabalho alheio” da “usura ilícita”.

O judaísmo era mantenedor daquele dualismo universal primitivo entre moral de grupo e moral com referência a estranhos. Permitia receber juros destes últimos – católicos por exemplo –, coisa que não se fazia com os irmãos de religião e com pessoas afins.

A religião islâmica condena os lucros gerados, exclusivamente, pelas finanças (Martins; 2004). Sem contestar o princípio da remuneração do dinheiro emprestado, o Islã se opõe ao aspecto “fixo e pré-determinado” dos juros, já que ele implicaria na exploração do devedor. Advoga a distribuição equitativa de riscos e benefícios entre parceiros de associações econômicas em lugar da relação entre credores e devedores.

Ascese significa dedicação ao exercício das mais altas virtudes tal como a adoção da ética do protestantismo, para espriar o espírito do capitalismo, quando ainda não havia se constituído uma economia de endividamento (Weber; 1974). Sem crédito massivo, era o caso de se fazer “poupança” ou ter parcimônia, segundo a sabedoria convencional econômica. Até hoje esta é divulgada como uma virtude moral. Abstém-se do consumo presente em nome da promessa do paradisíaco “reino dos céus”, ou seja, maior consumo futuro. Choca-se com o consumismo presente no mundo.

Muitas dessas crenças medievais persistem até hoje, inclusive entre ateus materialistas. Infelizmente, muitos destes aderiram ao mesmo preconceito. “Onde a lei ou os escrúpulos de consciência impedem emprestar dinheiro a juros, o capital pertencente a pessoas não engajadas no comércio está perdido para fins produtivos” (Mill; 1848).

Pior ocorreria, segundo concepção nascida entre economistas clássicos em época de padrão-ouro (e ainda adotada por neoclássicos), se os recebedores de rendas consumissem menos do que ganhavam, mas tivessem essa poupança voluntária reduzida por perda real de poder aquisitivo (Ricardo, 1810; Mill, 1848). O ganho potencial com base no montante poupado seria injustamente transferido deles para os que promovessem o crescimento excessivo (e inflacionário) da disponibilidade monetária, seja governo via emissão de papel-moeda, seja banqueiro via crédito.

De um lado, essa tradição neoclássica considera uma economia em equilíbrio se o total de investimentos for igual ao total de poupanças. Quando os investimentos excedem a poupança, caso financiados por crédito, surgiria um desequilíbrio entre a demanda agregada e a oferta agregada de bens e serviços

produzidos. Segundo a Lei de Say, “a oferta cria a própria demanda”. Com a demanda superior à oferta, propiciada por crédito acima do nível de equilíbrio entre a poupança e o investimento, haveria uma pressão inflacionária.

Esta é a Doutrina da Poupança Forçada. Prega que os bancos devem apenas agir como intermediários financeiros neutros, canalizando exatamente a poupança preexistente para o investimento. Caso não façam assim, o crédito financiará investimento em demasia, que se desequilibrará com a poupança preexistente, provocando expansão da demanda agregada além da oferta agregada disponível. De acordo com esse modelo mental estático-comparativo, tal desequilíbrio provocaria inflação, corroendo o poder aquisitivo dos salários reais, ou seja, forçando uma queda do consumo até o nível de poupança necessário àquele nível de investimento financiado pelo “excesso de crédito”.

O economista com formação keynesiana e conhecimento da Escola de Estocolmo aprende a lidar com a variável tempo, adotando um método dinâmico em vez de um método estático-comparativo entre equilíbrios. Desta forma, pensa de maneira temporal para entender a geração *ex-post* de poupança. O planejador keynesiano é capaz de regular a demanda agregada via consumo, enquanto, simultaneamente, direciona o crédito para investimento em infraestrutura e capacidade produtiva, elevando a oferta agregada.

No outro lado do espectro teórico-ideológico, não há uma definição consensual para o que significa “financeirização”. O conceito emerge dentro da Economia Política marxista, relacionando a expansão da riqueza financeira com a baixa performance da produção. Os dogmáticos, relendo os livros I e II de *O Capital*, chegam a jurar que a “financeirização” está neles prevista por Karl Marx com este fosse um vidente.

Segundo Lapavitsas (2011), a “financeirização” representa uma transformação sistêmica das economias capitalistas maduras com três características inter-relacionadas que alteram as fontes de lucro capitalista:

1. as grandes empresas dependem menos dos bancos ao adquirir capacidades de decisões financeiras relativamente autônomas;

2. os bancos mudam suas atividades para a mediação entre os mercados financeiros e de capitais e as transações com as famílias;
3. as famílias se tornam cada vez mais envolvidas em operações de finanças.

Não é raro encontrar a expressão “financeirização” significando “exagero”, seja de especulação, seja de crescimento de riqueza financeira, privatização, mercantilização de serviços públicos ao serem submetidos à lógica do capital, liberalização e desregulamentação financeira, abertura de capital das empresas a partir da emissão de ações em bolsa de valores, entre outros fenômenos comuns no capitalismo contemporâneo.

Prado (2014) examina a teoria da “financeirização” elaborada por François Chesnais. Esta conjectura sobre a evolução recente do capitalismo se restringe a condenar a dominação parasitária do capital industrial pelo capital financeiro. A predominância da lógica das finanças na condução da acumulação, segundo Chesnais (2010), vem rebaixar as perspectivas de crescimento da economia capitalista e, assim, dos salários dos trabalhadores empregados no sistema. Essa formulação apenas renova uma tradição muito antiga, como vimos, a qual consiste em condenar moralmente o chamado “rentismo”, deixando, contudo, de condenar o capitalismo enquanto sistema sem igualdade, seja de oportunidades, seja na distribuição de resultados econômicos.

A tese de que *a atividade financeira parasita a atividade produtiva* surge quando se volta para o problema da repartição da renda gerada na produção de mercadorias entre as classes sociais. Não se concentra propriamente na exploração do trabalho pelo capital. Sob essa perspectiva da “financeirização”, que critica antes a repartição que lhe é inerente do que propriamente o capitalismo enquanto exploração de relações de produção, parece um absurdo a existência de uma classe social “ociosa” que obtém elevados rendimentos com base em direitos de propriedade – e não do próprio esforço e/ou habilidade na administração direta das linhas de produção.

Concordo com a crítica de Prado (2014: 21) a essa concepção da “financeirização” por considerar que não se pode opor o capital financeiro ao

capital industrial como se fossem dois subsistemas distintos – um deles “amigo” e o outro “inimigo” do desenvolvimento. Um não pode ser pensado como externo ao outro, mesmo se um se mantém exógeno à produção. Ao contrário, nessa perspectiva de um autor que divulga a Economia da Complexidade no Brasil (Prado; 2009, 2011, 2014), ambos têm de ser compreendidos como momentos da totalidade social constituída pelo próprio capital.

O capital é uma contradição em processo, porque precisa empregar a força de trabalho em seu movimento de valorização, mas, depois, ambiciona desempregá-la porque busca elevar constantemente a produtividade do trabalho, produzindo “mais com menos”. O capital está constituído por uma pluralidade de capitais individuais, que se encontram entrelaçados não só pelos nexos que mantêm na esfera da circulação mercantil, mas porque atuam em conjunto na produção de valor. Eles se expandem – ou se contraem – em conjunto, ainda que assimetricamente. Essa totalidade não inclui apenas o capital industrial, pois engloba também o capital financeiro.

A falta circunstancial de capital monetário pelo capitalista individual para expandir o seu negócio é superada pela existência do capital portador de juros. “Essa barreira é rompida pelo sistema de crédito seja mediante o capital de empréstimo, seja mediante o capital provido pelas sociedades por ações” (Marx, 1983: 265).

Prado (2014: 22) conclui que “a totalidade constituída pelo capital é complexa, porque envolve não apenas a relação de produção que necessariamente mantêm com o trabalho assalariado – a qual também não é, em si mesma, aliás, uma relação simplesmente homogênea, sem diferenciações de quaisquer espécies –, mas inclui as diferentes relações de apropriação entre as diversas frações da classe dos proprietários privados que não detêm apenas a sua própria força de trabalho. Se há oposição entre essas diferentes frações, isso não implica que possam ser pensadas como se fossem simplesmente disjuntas e entre si excludentes. Eis que formam, isso sim, uma unidade bem concreta diante dos trabalhadores”.

Na perspectiva de Braga (1993; 2013), inspirada pelas ideias de Keynes, o capitalismo contemporâneo devia ser caracterizado pela *dominância financeira*. No entanto, ele não sustenta, como Chesnais, que o capital financeiro “explora” o capital industrial. Define o capital financeiro como a fusão de fato, ocorrida supostamente no curso da história recente do capitalismo, entre o capital industrial e o capital portador de juros. A dominância, nesse sentido, significa que a “lógica financeira” passou a predominar “nas decisões de investimento e de acumulação do capital”. Por *lógica financeira*, Braga entende o “patrimonialismo”, isto é, a preocupação com o aumento do patrimônio acima da preocupação com a elevação da produção de mercadorias.

Neste debate, o artigo de Braga et alii (2017) tem “o propósito de precisar teoricamente o conceito de ‘financeirização’ a partir da abordagem de Economia Política, indicando sua pertinência para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Sustenta-se, com base em Braga (1993; 2013), que a ‘financeirização’ configura um padrão sistêmico de riqueza, que tem na ampliação da parcela de ativos financeiros na composição da riqueza contemporânea seu traço distintivo em relação a períodos precedentes do capitalismo. Especificamente, argumenta-se que a ‘financeirização’, enquanto um padrão sistêmico de riqueza, estabelece novas formas de definição, gestão e realização da riqueza, fato que condiciona as decisões de gasto dos principais atores econômicos bem como as políticas econômicas e, desse modo, codetermina as altas e baixas do ciclo de negócios”.

De acordo com esses autores, “ao contrário do que sugerem as interpretações mais recentes sobre a ‘financeirização’, a generalização da lógica financeira entre todos os atores relevantes do sistema não implica uma tendência inexorável do sistema à estagnação, do ponto de vista da variação do PIB, mas um aumento de sua instabilidade, potencializando os momentos de expansão, mas também de contração, já que o comportamento dos ativos financeiros condiciona as decisões de endividamento e de consumo e investimento, que determinam as variações do produto, da renda e do emprego” (Braga et alii; 2017: 22).

3. Desempenho das Pessoas Jurídicas Não-Financeiras

Juros, conceitualmente, não deve ser visto como algo pecaminoso, mas apenas como o pagamento de um prêmio pela possibilidade de se dispor de capital de terceiros que proporciona lucro. O mutuante tem um custo de oportunidade a ser remunerado pelo mutuário que assina um contrato mútuo por livre vontade. O risco do devedor é o rendimento esperado não se confirmar. O risco do credor compartilha este desapontamento e mais a possibilidade de o colateral do empréstimo perder valor de mercado. Em crises sistêmicas as garantias têm menores cotações.

Suponha que um capitalista compre ativo por US\$ 100 mil; se ele passar a valer US\$ 110 mil, ele lucrou 10%. Suponha que ele tenha tomado emprestado US\$ 90 mil dos US\$ 100 mil que usou para a compra do ativo; se a cotação do ativo, de fato, elevou-se para US\$ 110 mil (sem o desconto de juros), ele terá duplicado o capital próprio com rentabilidade patrimonial de 100%. Este é o segredo dos negócios capitalistas: *trabalhar com capital de terceiros*.

Ora, a alavancagem financeira gera uma economia de maior escala nos negócios. É viável desde que a taxa de juro não se aproprie de toda a rentabilidade acrescida com o uso de capital de terceiros. Em outras palavras, o lucro do devedor tem de ser superior ao que ele teria caso não tomasse empréstimos.

Miranda e Matos (2017) afirmam que “a ‘financeirização’ e a governança focada na maximização da riqueza do acionista modificaram a gestão das empresas”, pois:

- a) há uma mudança da empresa voltada para o crescimento em longo prazo e gastos em P&D para a empresa que busca resultados financeiros em curto prazo;
- b) para alinhar o interesse do gestor ao dos acionistas ocorre uma mudança na forma de remuneração do gestor, agora mais associada à performance da empresa no mercado de capitais que no mercado de bens e serviços;

- c) práticas financeiras e patrimoniais passam a ser utilizadas pelas empresas para aumentar o lucro por ação e a rentabilidade do patrimônio líquido.

A recompra de ações e a distribuição de dividendos são algumas das estratégias aceitas para elevar o valor de mercado da empresa, pois reduzem o excesso de caixa livre. Com estas mudanças as empresas ampliam a posse de ativos financeiros não apenas como reserva de capital.

Feijó, Corrêa & Lemos (2017: 8-9) reconhecem que “o processo de financeirização da economia brasileira apresenta particularidades em relação a outras economias em desenvolvimento”. Ele teria se iniciado anteriormente ao processo de desregulamentação e abertura financeira e comercial no governo Collor (1990-1992), dividindo-se em dois períodos:

- a) regime de alta inflação indexada (1973-1994): acumulação financeira via ganhos inflacionários (*floating* a “custo zero” lastreando ativos com correção monetária);
- b) regime de altos juros reais (1995-2017): elevados rendimentos com renda fixa.

Assim caracterizado aparece mais como uma consequência de política econômica conjuntural do que como fenômeno estrutural. Há um círculo vicioso particular na economia brasileira, devido à disparidade entre a taxa de juros doméstica e a internacional para atrair fluxos de capital. O entra-e-sai do capital especulativo afeta a taxa de câmbio nominal e, conseqüentemente, as dívidas privada e pública dolarizada. Para minimizar esse impacto e controlar a taxa de inflação, a Autoridade Monetária se torna tolerante com a apreciação da moeda, arcando com o aumento do endividamento público, lastro de operações compromissadas nas operações de esterilização do impacto monetário do balanço de pagamentos por acumulação de reservas cambiais.

A fim de reduzir o endividamento bruto e manter a solvabilidade governamental, há pressão dos rentistas para redução dos gastos do governo. Este corte nos gastos do governo conjuntamente com altas taxas de juros provoca queda da demanda agregada, baixa taxa de crescimento, menor arrecadação fiscal e,

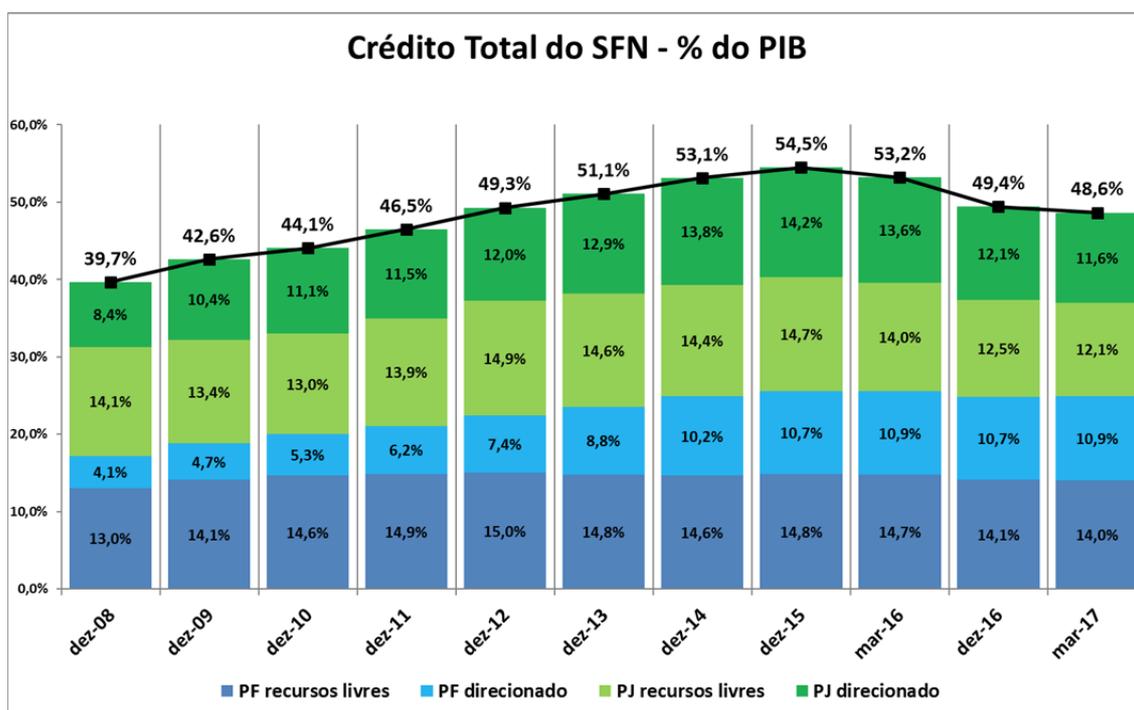
contraditoriamente, aumento da dívida pública como porcentagem do PIB. A crescente necessidade de financiamento do setor público aprofunda “o processo de financeirização da economia brasileira”.

O problema dessa análise obsessiva é que até “um maior nível de endividamento por parte das empresas não-financeiras é entendido como um sintoma do fenômeno da financeirização” (Feijó et alii; 2017: 14).

A contabilização realizada pelo CEMEC (2017) permite empregar método de análise distinto. Depois de flutuar em um intervalo entre 50% e 56,5% do PIB no período de 2007 a 2013, o saldo de operações de dívida bruta do setor público no mercado doméstico salta mais de 20 pontos percentuais até atingir 71,4% do PIB, o nível mais alto dos últimos dez anos. Porém, se o saldo de dívida do setor privado tem crescimento continuado desde 2007 até 2015, de 38,4% do PIB para 64,5%, apresenta queda abrupta para 58,0% do PIB em março de 2017. Esta queda se concentra na dívida das empresas, seja em operações de crédito bancário, seja no mercado de dívida privada (-8,0% em março de 2017 em relação a igual mês de 2016), de vez que o saldo de operações de pessoas físicas tem pequeno crescimento nominal (+3,7%).

Se alavancagem financeira fosse sinônimo de “financeirização”, esta estaria em queda, pois o saldo de empréstimos do sistema bancário cai de 54,5% do PIB no final de 2015 para 48,6% em maio de 2017. Confira no Gráfico 1.

Gráfico 1



Fonte: Nota CEMEC 04/2017; junho de 2017, p. 10.

O CEMEC (2017: 5 e 14) aponta também que, refletindo variações da taxa de câmbio e do endividamento em moeda nacional, o exigível financeiro das empresas não financeiras tem forte elevação de 48,5% do PIB em 2013, para 59,9% do PIB em 2015, seguido de queda até atingir 49,8% em março de 2017. Tomando um período mais longo, de 2007 até o primeiro trimestre de 2017, ocorre uma mudança na composição (participação percentual dos componentes) da dívida das empresas não financeiras:

- a) redução da participação de quase 16 pontos percentuais do saldo crédito de recursos livres (de 40,3% para 24,3%) e do BNDES de 23,1% em 2010 (pico máximo nesses dez anos) para 17,0% em 2015 e 2016;
- b) em contrapartida a essa queda, aumento da parcela da dívida indexada em moeda estrangeira de 22,6% para 34,1%, embora essa dívida dolarizada tenha seu risco cambial mitigado em boa parte por estar em empresas exportadoras com ativos no exterior ou cobertas por operações de “hedge” local;

- c) pequena redução de 14,0% em 2010 para 12,9% no saldo de títulos de dívida direta colocados no mercado de capitais e aumento de debêntures colocados em instituições financeiras de 0,6% em 2009 para 5,3% em março de 2017.

Depois de manter tendência continuada de crescimento desde dezembro de 2007 (3,3% do PIB) até atingir 7,2% do PIB em março de 2016, o saldo de títulos de dívida corporativas cai para 6,4% do PIB um ano após. As debêntures em instituições financeiras se mantiveram estáveis em torno de 2,8% do PIB, desde dezembro de 2014. O saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIM) atinge seu valor máximo de 2,9% do PIB em dezembro de 2016 e se mantém nesse nível no primeiro trimestre de 2017, depois de manter tendência de alta continuada desde dezembro de 2007, quando estava em 0,3% do PIB.

Após o período de 2007 a 2013, em que o saldo de dívida tomada no mercado internacional crescia em torno de 20% a.a., devido a choque cambial, o crescimento anual cai para zero em dezembro de 2015. A partir de então recupera o crescimento até atingir +5,7% em março de 2017, em busca de compensação pela queda de -7,4% no saldo de dívida no mercado doméstico. Quando a expectativa de cupom cambial é de estabilidade, aumenta o endividamento externo das corporações brasileiras face ao custo de oportunidade do *carry trade*: juros baixos no exterior e elevados no País.

Ao contrário do sugerido pela literatura sobre “financeirização”, as empresas não-financeiras atuam mais como tomadoras de empréstimos e emissoras de títulos de dívida direta (ações e debêntures) no mercado brasileiro do que como investidoras. Como veremos no próximo tópico, no caso de fundos, elas, consideradas em bloco, não são grandes investidoras. Também não são em ações, tanto em quantidade de participantes no mercado quanto em participação percentual de compras e vendas. Em junho de 2017, há 592.286 Pessoas Físicas e apenas 22.652 Pessoas Jurídicas, ou seja, 3,7% do total de 615.038 investidores que negociam com ações.

As 592 mil PF investidoras em ações possuem, em junho de 2017, R\$ 138,43 bilhões em valor de mercado da Bovespa. Em média per capita, equivale a R\$ 233.684,43, um valor superior à riqueza financeira em FIF/TVM per capita do varejo de alta renda. Também em ações há uma elevada concentração já que os 98 mil acionistas maiores de 65 anos são 17% do total, mas possuem quase 45% do valor de mercado.

Na primeira semana de julho de 2017, Pessoas Físicas representavam cerca de 1/5 do volume total de compras e vendas na Bovespa. Pessoas Jurídicas não financeiras tinham menos de 1% de participação. Os maiores investidores eram estrangeiros (47%) e institucionais (16%). O segmento de instituições financeiras só representava 6%.

Pessoa Jurídica não-financeira também não é detentora direta de títulos de dívida pública. Pode investir, indiretamente, via Fundos de Investimento, que carregam 23% em maio de 2017. Fundos de Previdência os superam com 26%, mas eles ultrapassaram as tesourarias das instituições financeiras com 22%. Diminuiu a participação dos não-residentes no carregamento da dívida pública brasileira para 13%.

Investidores ativos no Tesouro Direto são poucos relativamente ao total de aplicadores em FIF e TVM: 493 mil em maio de 2017, embora 1.431.798 já tenham se cadastrado. Investimentos até R\$ 1.000 são 49%; entre R\$ 10.000 e R\$ 100.000, 14%; de R\$ 100.000 a R\$ 1 milhão, 1,4%.

Em síntese, vimos neste tópico que, ao contrário do sugerido pela literatura da “financeirização”, aqui no Brasil as grandes empresas *não* dependem menos dos bancos. Além de atender à necessidade de empréstimos para capital de giro, elas adquirem capacidade de decisões de investimentos em concessões públicas com taxas de retorno alavancadas por juros subsidiados do BNDES. Verificaremos, no próximo tópico, se as famílias se tornam cada vez mais envolvidas em operações de finanças. E, no seguinte, se os bancos mudam suas atividades para a mediação entre os mercados financeiros e de capitais e as transações com as famílias.

4. “Rentismo” ou Direito de Pessoa Física à Cidadania Financeira

Em período de Grande Depressão (2015-2017), com queda acumulada do PIB em -9% e queda da relação crédito / PIB de 53,7% para 47,1%, estatísticas do Banco Central registram uma inversão de posições entre Pessoas Jurídicas (PJ) e Pessoas Físicas (PF) no crédito do sistema financeiro nacional. As primeiras vão de 53% para 47%, de dezembro de 2015 para dezembro de 2017. PF predomina em recursos livres, passando de 49% para 54%, enquanto em recursos direcionados divide participação com PJ: 50% cada.

Crédito pessoal representa 49% do total com recursos livres para PF. Consignado é 74% dele. Demais modalidades que se destacam são duas: cartão de crédito (22%) e aquisição de veículos (18%). O total não rotativo é 74%, portanto, o rotativo é 26%.

Crédito com recursos direcionados para PJ se divide entre crédito rural (10%), financiamentos imobiliários (9%), crédito com recursos do BNDES (69%, sendo 65% financiamento de investimentos) e outros (12%). Para PF se reparte em crédito rural (22%), financiamento imobiliário (71%), crédito do BNDES (6%) e microcrédito (1%).

Empréstimos são lastreados por haveres financeiros. Suas concessões multiplicam não só renda e empregos, como também os depósitos a serem captados para lastrear futuros créditos. Por exemplo, na economia brasileira, em dezembro de 2002, a relação Crédito / PIB era 21,8% do PIB com saldo de R\$ 378,3 bilhões e a relação Dívida Mobiliária Federal / PIB era 60,6%. Logo, o Financiamento Total / PIB era 82,4%. Em dezembro de 2014, essas relações se alteraram para, respectivamente, 55%, 40% e 95%. O saldo de crédito era R\$ 3.022 bilhões no final da Era Social-Desenvolvimentista.

Em dezembro de 2017, com abandono de política de crédito e queda da demanda, o saldo de empréstimos bancários está em R\$ 3.086 bilhões e a relação crédito / PIB em 47%. A dívida mobiliária federal fora do Banco Central de R\$ 3.435 bilhões se eleva para 52% do PIB. O financiamento total atinge R\$ 6.521 bilhões ou 99% do PIB.

O M2, composto de M1 (meios de pagamentos somam R\$ 363 bilhões), depósitos de poupança (R\$ 719 bilhões) e títulos privados (R\$ 1.399 bilhões), atinge R\$ 2,481 trilhões. Logo, o *funding* total (M4) de R\$ 6.620 bilhões ou 101% do PIB (R\$ 6,560 trilhões) se completa com M3 (M2 e quotas de fundos de renda fixa em R\$ 3.214 bilhões), além de títulos públicos que lastreiam operações compromissadas (R\$ 92 bilhões) e títulos públicos em poder do público não financeiro (R\$ 832 bilhões). O déficit do balanço de transações correntes (denominado de “poupança externa”) fica em US\$ 4,3 bilhões ou 0,48% do PIB em dezembro de 2017.

Em outros termos, os investimentos financeiros dos “rentistas” – “parasitas” segundo maniqueístas que criticam “a financeirização” – são necessários como passivos que lastreiam empréstimos nos ativos bancários. A elevação destes gera renda e emprego. Sua queda provoca depressão.

A abertura de contas bancárias, que crescem de 75 milhões em 1999 para 288 milhões em 2016 (Tabela 1), com ritmo mais intenso de 2003 a 2015, segundo o FGC, dá acesso popular à cidadania financeira. Em junho de 2017, já atinge 290 milhões contas, pois um cliente pode possuir aplicações em mais de um produto. O total de depósitos à vista é de R\$ 155,3 bilhões, distribuídos por 92.349.407 clientes. As faixas de valor até R\$ 1 mil, que apresentam saldo total de R\$ 6,4 bilhões, concentram a maior parcela dos depositantes, 87%. Os 149.479.187 depósitos de poupança totalizam R\$ 667,6 bilhões e representam 34% dos créditos existentes em produtos garantidos pelo FGC. A maior parte dos clientes situa-se na faixa até R\$ 100,00, que concentra 59% dos depositantes. O montante de depósitos a prazo é de R\$ 744,1 bilhões, distribuídos por 16.513.238 titulares. A maior concentração de clientes está situada na faixa até R\$ 5 mil, que apresenta 12.360.890 titulares. Em contrapartida, a faixa que compreende os valores acima de R\$ 1 milhão concentra a maior parte do saldo, R\$ 490,2 bilhões, distribuídos por 62.383 titulares, que representam 0,38% dos clientes do produto.

Tabela 1

Comparativo por Produto de Captação Bancária (Número de Contas de Clientes e Saldos em R\$ milhões)								
PRODUTOS	dezembro de 2016				dezembro de 2006			
	contas de Clientes	%	R\$ milhões	%	contas de Clientes	%	R\$ milhões	%
Poupança	148.316.631	51,5%	658.189	34,6%	76.827.074	51,9%	187.531	30,0%
Depósito a Prazo	15.629.341	5,4%	628.901	33,1%	3.378.494	2,3%	299.878	48,0%
Depósitos à Vista	92.749.536	32,2%	169.436	8,9%	59.466.167	40,2%	114.334	18,3%
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	893.023	0,3%	202.731	10,7%	204.934	0,1%	6.264	1,0%
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	469.816	0,2%	186.864	9,8%	0	0,0%	0	0,0%
Operações Compromissadas	450.765	0,2%	43.449	2,3%	0	0,0%	0	0,0%
Depósitos à ordem moviment. por cheque	29.733.777	10,3%	5.255	0,3%	7.103.231	4,8%	533	0,1%
Subtotal	288.242.889	100,0%	1.894.825	99,6%	146.979.900	99,3%	608.540	97,4%
TOTAL	288.251.767	100,0%	1.902.530	100,0%	148.008.917	100,0%	624.542	100,0%

Fonte: FGC - Resumo Semestral publicado no site do Banco Central do Brasil - elaboração do autor

Considerando os créditos garantidos, o FGC informa que, em junho de 2017, 199 milhões de contas (88% do total de 225,6 milhões) têm saldos até R\$ 5.000,00, cujos valores consolidados representam 4% do total de R\$ 1,955 trilhões captados em produtos bancários. No outro extremo, com saldos acima de R\$ 1 milhão, são apenas 134 mil contas que acumulam 43% dos valores.

Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2017, no varejo, há 78,8 milhões de cadernetas de poupança com saldos inferiores a R\$ 100,00 que acumulam R\$ 1,1 bilhão. Desconsiderando-as como fossem contas inativas, e considerando os saldos acima desse valor, são 62,5 milhões de depósitos de poupança que acumulam R\$ 664 bilhões, cujo saldo médio per capita é R\$ 10.616. Comparando com os outros produtos de varejo (fundos e títulos e valores mobiliários), esses depósitos constituem o maior *funding* do sistema bancário. Logo, a classe média de renda baixa autofinancia a casa própria, em geral, a maior riqueza familiar. Isto permite mobilidade social.

Os trabalhadores que ganham acima do teto do INSS (R\$ 5.645) necessitam ser rentistas para manter o padrão de vida durante a longa fase inativa de aposentadoria. Assim, seria um erro político assustar os 11 milhões de rentistas do varejo tradicional e de alta renda com a ameaça de quebra de contratos financeiros (“desfinanceirização”), dada a importância do *funding* em títulos e valores mobiliários para lastrear as operações de crédito, inclusive as realizadas por bancos públicos. Em dezembro de 2017, a riqueza per capita daqueles clientes bancários era, respectivamente, R\$ 47 mil e R\$ 182 mil (Tabela 2). Os “capitalistas” se concentravam no *Private Banking* com riqueza per capita de R\$ 8,2 milhões. A desigualdade é inerente ao capitalismo em todas as fases.

Tabela 2

Segmentos de Clientes de Fundos e Títulos e Valores Mobiliários

FIFs e TVMs	dez 2013	dez 2014	dez 2015	dez 2016	dez 2017
VAREJO TRADICIONAL					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	212.750.976	250.012.373	294.496.484	320.801.896	342.403.089
Número de clientes	5.480.517	5.963.469	6.345.595	6.518.557	7.262.574
Riqueza Per Capita R\$	38.819,51	41.923,98	46.409,59	49.213,64	47.146,24
VAREJO ALTA RENDA					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	368.840.788	417.868.235	515.436.396	619.459.812	687.650.461
Número de clientes	2.552.217	2.736.502	3.146.863	3.551.014	3.776.676
Riqueza Per Capita R\$	144.517,80	152.701,60	163.793,73	174.445,89	182.078,22
TOTAL GERAL					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	581.591.764	667.880.608	809.932.880	940.261.708	1.030.053.550
Número de clientes	8.032.734	8.699.971	9.492.458	10.069.571	11.039.250
Riqueza Per Capita R\$	72.402,72	76.768,14	85.323,83	93.376,54	93.308,29
PRIVATE BANKING					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	577.177.222	645.064.507	712.480.020	831.593.529	964.034.474
Nº de Clientes*			109.894	112.036	117.421
Nº de Grupos Econômicos	54.314	57.705	52.050	54.100	56.619
Riqueza Per Capita de Clientes			6.483.339	7.422.556	8.210.069
Riqueza Per Capita de Grupos	10.626.675	11.178.659	13.688.377	15.371.415	17.026.696

Fonte: ANBIMA (elabor. própria) * Só tem informações de nº de clientes a partir de 2015

Obs.: com EAPC

Considerando apenas os 11,2 milhões de investidores em fundos e títulos e valores mobiliários, e não os 62,5 milhões de depositantes de poupança com saldos acima de R\$ 100,00, cujo saldo médio per capita era R\$ 10.616 em dezembro de 2017, aquele número provavelmente correlaciona-se com o dos formados em curso superior no Brasil. De acordo com o Censo de 2010, 9.501.162 pessoas tinham o diploma universitário, sendo 8.979.706 graduados, 451.209 com mestrado e 70.247 com doutorado. Cerca de um milhão de estudantes universitários conclui o ensino superior a cada ano, desde então, o que não significa, automática e imediatamente, pertencer à população ocupada, recebendo renda e acumulando riqueza financeira.

Infelizmente, apenas 35% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos têm diploma de ensino superior. Os percentuais mudam de acordo com a classe social: no grupo dos 25% mais ricos, 85% deles têm ensino superior; e no grupo dos 25% mais pobres, somente 12% têm diploma universitário. Na faixa etária de 30 a 39 anos, o rendimento mensal das pessoas só com ensino médio é de R\$ 1,8 mil. Esse salário salta para R\$ 4,7 mil quando se tem um diploma de ensino superior, segundo informações do estudo “*Valor Análise Setorial 2017* –

Ensino Superior“. A grande diferença de salário entre as pessoas com e sem diploma universitário se mantém até a aposentadoria. Entre 50 e 64 anos, o rendimento médio das pessoas que se formaram atinge R\$ 7 mil, quase três vezes maior comparada com a de R\$ 2,4 mil de quem só tem o segundo grau médio concluído. Emergiu uma classe média universitária no País.

Evidências propiciadas por Thomas Piketty, no livro *O Capital no Século XXI*, mostram que uma classe média de riqueza, praticamente, não existia antes da I Guerra Mundial, época de maior desigualdade na história mundial. Houve destruições de riquezas nas guerras, na hiperinflação alemã e na Grande Depressão. A urbanização e a massificação do Ensino Superior impulsionaram a ascensão social das corporações profissionais de universitários e trabalhadores qualificados e sindicalizados. A aliança destes resultou na socialdemocracia que luta por um Estado de bem-estar social.

Antes, predominava uma sociedade rural com riqueza em ativos imobiliários e rentismo parasitário em renda da terra. Depois, tornou-se uma sociedade urbana com menor desigualdade pelo surgimento de uma classe média, composta inclusive por operários especializados. A sobra de renda do trabalho acumulada sob forma de ativos financeiros – mais líquidos que os ativos imobiliários – propicia a manutenção das condições de vida durante a maior fase inativa dos seres humanos. E fontes de financiamento para alavancagem financeira. Se isso é “financeirização”, constitui mobilidade social positiva.

Segundo as DIRPF 2017 - AC 2016, entre os 28 milhões declarantes apenas 679 mil (2,4%), na faixa acima de 40 salários mínimos mensais de renda, eram milionários, considerando bens e direitos per capita em reais (Tabela 3). Entre os bens e direitos de todos os declarantes, 40% são ativos imobiliários, 7% veículos, embarcação, aeronave, coleções, etc., 53% restantes considerados ativos financeiros, inclusive os monetários. Essa riqueza financeira de Pessoas Físicas equivalia a 70% dos Haveres Financeiros totais (M4) em dezembro de 2016.

Entende-se, então, a necessidade estratégica dos bancos colocarem foco também em Pessoa Física, segmentando o atendimento pessoal, e não apenas

focalizarem Pessoa Jurídica como os adeptos da hipótese da “financeirização” acham que eles fazem.

Tabela 3

Tabela DIRPF 2017 AC 2016 - Resumo das Declarações Por Faixa de Rendimentos Totais (em salários mínimos) Valores R\$ milhões

Faixa de Salário Mín. Mensal	Qtde Declarantes	Rendimento		Rendimento		Bens e		Em %	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$	Doações e Heranças	Em %
		Em %	Total em R\$ milhões	Per Capita Anual em R\$	Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Direitos - Dívidas = PL	Em %				
Até 1/2	1.304.128	4,7%	509	0,0%	391	33	171.241	2%	131.307	1	0%
De 1/2 a 1	588.273	2,1%	5.623	0,2%	9.558	797	48.056	1%	81.690	6	0%
De 1 a 2	1.360.094	4,9%	21.953	0,8%	16.141	1.345	131.528	2%	96.705	40	0%
De 2 a 3	3.994.153	14,3%	108.800	4,0%	27.240	2.270	376.903	5%	94.364	99	0%
De 3 a 5	7.605.675	27,2%	313.950	11,4%	41.278	3.440	532.436	7%	70.005	543	1%
De 5 a 7	4.219.050	15,1%	262.702	9,6%	62.266	5.189	436.097	6%	103.364	1.120	1%
De 7 a 10	3.202.633	11,4%	281.300	10,2%	87.934	7.319	596.491	8%	186.250	2.024	2%
De 10 a 15	2.441.109	8,7%	313.189	11,4%	128.298	10.691	603.225	8%	247.111	3.081	4%
De 15 a 20	1.121.037	4,0%	203.981	7,4%	181.958	15.163	455.009	6%	405.882	2.707	3%
De 20 a 30	1.038.518	3,7%	266.270	9,7%	256.394	21.366	668.136	9%	643.355	4.759	6%
De 30 a 40	449.733	1,6%	163.279	5,9%	363.058	30.255	431.269	6%	958.946	3.853	5%
Sutotal (< R\$ 35.200)	27.324.403	97,6%	1.941.556	70,7%	71.056	5.921	4.450.391	59%	162.872	18.235	22%
De 40 a 60	354.401	1,3%	180.228	6,6%	508.542	42.378	529.730	7%	1.494.719	6.018	7%
De 60 a 80	127.976	0,5%	92.731	3,4%	724.596	60.383	301.285	4%	2.354.230	4.250	5%
De 80 a 160	128.933	0,5%	146.398	5,3%	1.135.459	94.622	547.914	7%	4.249.605	9.724	12%
De 160 a 240	29.514	0,1%	60.241	2,2%	2.041.086	170.091	242.681	3%	8.222.563	5.297	6%
De 240 a 320	12.635	0,0%	36.748	1,3%	2.908.460	242.372	158.090	2%	12.512.064	3.148	4%
Mais de 320 (> R\$ 281,60)	25.785	0,1%	287.567	10,5%	11.152.496	929.375	1.294.387	17%	50.199.232	37.723	45%
Milionários em PL PC	679.244	2,4%	803.913	29,3%	1.183.540	98.628	3.074.087	41%	4.525.748	66.160	78%
Total	28.003.647	100%	2.745.468	100,0%	98.040	8.170	7.524.478	100%	268.696	84.395	100%

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa) - Obs.: salário mínimo em 2016 = R\$ 880,00 - PL PC: Patrimônio Líquido Per Capita Segmentos de Clientes *Private Banking*: 67.934 declar. com rend. mensal na faixa sup. a 160 sal. mín. (R\$ 140.800,00) e PL PC - 40% (imóveis): -R\$ 5 milh

Como veremos em detalhe no próximo tópico, considerando os R\$ 4,2 trilhões em Administração de Recursos de Terceiros, isto é, em fundos distribuídos por segmentos de investidores, segundo a ANBIMA, o *capital de origem trabalhista* predominava em janeiro de 2018: fundos de pensão com 34%; varejo tradicional, 7%; varejo de alta renda, 9%; RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), 3%; totalizando 53%. Os “capitalistas” propriamente ditos teriam 47%: Pessoas Jurídicas, 14%; *Private Banking*, 16%; Demais: 17%.

5. Nichos de Mercado de Bancos Públicos e Privados

Quando se analisa os rankings dos dez maiores grupos econômicos em atividade na economia brasileira, publicados pelos periódicos, os adeptos da hipótese da “financeirização” parecem ter razão. Os seis maiores bancos aparecem na lista dos dez mais lucrativos em 2015 (Tabela 4), onde ainda está a Cielo, empresa de cartões de crédito cujos sócios são bancos. Quatro constam como os maiores empregadores, além de empresas de alimentos e empreiteiras de obras públicas. A Contax Participações trabalha com a implantação de *contact centers* voltados para o relacionamento de empresas com seus clientes. Porém, “contra fatos há argumentos”.

Tabela 4

10 Maiores Grupos	Lucro Líquido R\$ milhões	10 Maiores Grupos	Número de Empregados
Itaú-Unibanco	23.359,80	J&F Invest.	263.000
Bradesco	14.800,50	GPA	146.000
Banco do Brasil	14.399,60	Andrade Gutierrez	134.216
Ambev	12.879,20	Odebrecht	128.486
Caixa	7.156,40	Banco do Brasil	109.191
Santander	6.623,70	BRF	105.733
J&F Invest.	5.289,10	Caixa	97.458
BTG Pactual	4.616,00	Bradesco	92.861
Cielo	3.651,40	Itaú-Unibanco	90.320
Telefônica	3.420,20	Contax	87.624

Fonte: Valor Grandes Grupos 200 Maiores de dezembro 2016

Entre os dez maiores grupos por receita bruta apenas empresas envolvidas em escândalos de corrupção (Petrobras, J&F da JBS, Odebrecht) competem com os maiores bancos. Em rentabilidade patrimonial, a empresa de cervejas supera todos (Tabela 5).

Tabela 5

10 Maiores Grupos	Receita Bruta R\$ milhões	Patrimônio Líquido R\$ milhões	Lucro Líquido R\$ milhões	Rentabilidade Patrimonial %	Número de Empregados
Petrobras	401.320,0	257.930,0	-34.836,0	-13,5	78.470
Bradesco	226.662,0	103.645,0	14.800,5	14,3	92.861
Banco do Brasil	223.403,0	81.536,2	14.399,6	17,7	109.191
Itaú-Unibanco	221.216,8	106.462,0	23.359,8	21,9	90.320
J&F Invest.	177.918,6	33.255,1	5.289,1	15,9	263.000
Caixa	175.216,3	62.703,4	7.156,4	11,4	97.458
Odebrecht	132.518,7	13.743,6	-297,7	-2,2	128.486
Santander	100.841,5	56.775,2	6.623,7	11,7	50.024
Ambev	97.214,1	50.333,7	12.879,2	25,6	52.738
Vale	86.907,0	139.419,0	-45.997,0	-33,0	74.098

Fonte: Valor Grandes Grupos 200 Maiores de dezembro 2016

Quanto aos grandes setores de atividade, o lucro líquido das Finanças chegou a ser 2/3 do total dos 200 grandes grupos em 2014 (Tabela 6). Mas em receita e patrimônio líquido, embora tivessem participação crescente nos anos da “virada para a Grande Depressão” (2013 a 2015), tinham participações menores do que 30%, ou seja, inferiores às da Indústria.

Tabela 6

200 Maiores Grupos	Comércio	Finanças	Indústria	Serviços	Total das áreas
	Em % do total				
Receita					
2013	14,5	24,1	44,4	17,0	100
2014	14,4	26,1	42,2	17,4	100
2015	14,0	28,8	39,7	17,6	100
Patrimônio Líquido					
2013	4,5	24,8	51,3	19,4	100
2014	4,7	27,8	46,3	21,2	100
2015	4,8	29,6	43,7	21,8	100
Lucro Líquido					
2013	5,8	47,2	32,1	14,9	100
2014	7,7	67,1	11,7	13,5	100
2015	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	

Fonte: Valor Grandes Grupos

O que surpreende muitos analistas é o crescimento “permanente” dos lucros bancários mesmo em período de crise econômica. Parece não haver ciclos para bancos.

A oferta de crédito depende da demanda representada pelo ritmo de produção, porém, as duas outras funções dos bancos – captar e administrar recursos de terceiros e viabilizar o sistema de pagamentos – só indiretamente depende do crescimento da renda, pois a circulação monetária e financeira se mantém na depressão. Não são criados muitos ativos novos, mas continuam as transferências de propriedades dos ativos existentes.

O lucro líquido do sistema bancário brasileiro representa 60% do resultado antes da tributação (32%) e distribuição da participação nos lucros (8%). Ele emerge de diversos componentes listados a seguir a partir de dados do 3º. Trimestre de 2017.

As receitas de intermediação financeira somam rendas de operações de crédito (59% do total), títulos e valores mobiliários (35%), arrendamento mercantil (1%), derivativos (-1%), câmbio (1%), aplicações compulsórias (4%).

As despesas de intermediação financeira ocorrem com captação (64% do total), repasses (16%), arrendamento mercantil (2%), provisão para créditos de difícil liquidação (18%).

Dentro do resultado bruto de intermediação financeira, a diferença entre essas receitas e despesas representa 30%. Esse resultado equivale a 63% da proxy do faturamento bancário, rendas de prestação de serviço 25% e rendas de tarifas bancárias 12%. Esse “faturamento” supera em 48% as despesas totais compostas por despesas de pessoal (43%), administrativas (45%) e tributárias (12%). O resultado de participações em coligadas representa apenas 4% a mais no “faturamento”.

Em geral, no ano de 2017, os maiores bancos reduziram a concessão de crédito. A taxa de inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro, considerados os atrasos superiores a noventa dias, manteve trajetória de queda, embora pequena, situando-se em 3,2% (-0,5 p.p. em doze meses). Com a reversão de parte das provisões para devedores duvidosos (18% das despesas financeiras), o resultado melhorou.

A taxa de juro real *ex-post* no ano de 2016 foi 7,4% e no ano de 2017, 6,8%, representando as maiores taxas desde 2007. Com a muita lenta e gradual tendência de queda da taxa de juro nominal Selic, a média anual em 2017 foi 10,3%, remunerando muito bem a carteira de títulos e valores mobiliários dos bancos.

Como será visto, cada banco gigante possui seu nicho de mercado, que recebe foco especial, mas todos exploram:

1. uma grande rede de varejo que permite captar com menor percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), taxa de juro referencial,
2. os milhões de cartões de crédito e débito com os quais ganham taxas de desconto nas vendas de varejo e exploram crédito rotativo,
3. o baixo risco do crédito consignado (74% para aposentados, 16% para funcionários públicos, 10% para empregados no setor privado), que representa 65% do crédito pessoal,
4. o crédito imobiliário que permite relacionamento fidelizado com os clientes em longo prazo, inclusive para venda de outros produtos financeiros,
5. o crédito para veículos com a garantia da alienação fiduciária,

6. os seguros de vida, residencial e automóveis, Previdência Complementar, etc.

Também gestão de ativos das grandes fortunas em *Private Banking* e soluções para corporações são fatores explicativos do bom desempenho bancário, bem como a administração de fundos e a atuação internacional.

Quanto às Receitas de Prestação de Serviços (RPS), o caso do Itaú em 2017 ilustra bem sua importância (R\$ 32,885 bilhões) e de que atividades é oriunda: cartões de crédito (38%), serviços de conta corrente (21%), administração de recursos de terceiros (11%), operações de crédito e garantias prestadas (10%), serviços de recebimento (5%), assessoria econômico-financeira e corretagem (4%), outros (3%), América Latina exceto Brasil (8%). Comparando, seu Resultado de Seguros equivale a 19% do valor da RPS.

Então, a *questão-chave para investigação* é: por que meia-dúzia de bancos se destacam tanto, não só os comparando com o sistema bancário restante, como também entre os 200 maiores grupos econômicos em atividade na economia brasileira?

Necessitamos tomar cuidado com a agregação e/ou uma ligeira generalização. O que constatamos no nível da complexidade do sistema bancário nem sempre explica as diferenças entre seus componentes. Nem bancos nem clientes são homogêneos. Em Administração e *Marketing*, nicho é um segmento de público consumidor, cujas necessidades específicas podem ser bem exploradas. Não há ainda um anglicismo em português para “*Market-share*” já que é facilmente traduzida por “participação no mercado”. Cada um dos grandes bancos brasileiros se especializa em certos nichos de mercado que oferecem oportunidades melhores para seu negócio.

No caso bancário, em ativos totais, agrupei um “*big six*” no Brasil (Tabela 7). A sigla mnemônica é BBBICS: Banco do Brasil (17%), Bradesco (13%), BNDES (10%), Itaú (16%), Caixa (15%) e Santander (9%). Em seguida, neste ranking por porte, viriam o BTG Pactual e o Safra com 2%. Todos os demais têm 1% ou menos. Facilita o foco do pesquisador apenas seis bancos deterem 4/5 dos ativos do sistema financeiro nacional.

Tabela 7

Instituição	Ativo Total	Aplicações interfinanceiras	TVM e instrumentos financeiros derivativos	Oper. Créd. e Arrend. Mercantil	
				Operações de crédito e arrendamento mercantil total	Provisão para CL
BB	17%	29%	9%	19%	18%
ITAU	16%	18%	15%	14%	16%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	15%	12%	12%	22%	17%
BRADESCO	13%	13%	18%	11%	18%
BNDES	10%	4%	7%	11%	7%
SANTANDER	9%	4%	11%	7%	8%
SUBTOTAL	80%	80%	72%	83%	83%
BB	1.441.600.876	30%	9%	42%	-3%
ITAU	1.318.016.843	20%	18%	33%	-3%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.282.061.411	13%	14%	55%	-3%
BRADESCO	1.081.222.641	17%	26%	31%	-3%
BNDES	866.060.606	7%	13%	38%	-2%
SANTANDER	715.190.290	7%	23%	30%	-2%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	R\$ 8.353.981.505,00	18%	19%	38%	-2%

Fonte: Banco Central do Brasil - SCR - março 2017

Mesmo os rankings dos ativos se alteram quando distinguimos (leitura vertical na primeira parte da Tabela 7): aplicações interfinanceiras, cujo líder incontestado é o BB (29%), carteira de títulos e valores mobiliários – liderança do Bradesco (18%) –, e carteira de crédito – a Caixa possui a maior (22%). Em provisão para devedores duvidosos quase todos têm valores similares entre 16% e 18%, exceto BNDES (7%) e Santander (8%). Tudo isso foi contabilizado no primeiro trimestre de 2017.

Quando se verifica a importância interna de cada seleção de carteira de ativos (leitura horizontal na segunda parte da Tabela 7), a de crédito é a maior em todos os “big six”, mas com percentuais distintos, destacando-se positivamente a Caixa (55%), o BB (42%) e o BNDES (38%). Os bancos privados têm entre 30% (Santander) e 33% (Itaú), ficando a do Bradesco em 31%. Sua carteira de títulos representa 26% de seus ativos.

Tabela 8

Instituição	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Micro	Pequena	Média	Grande	Total não Individualizado Pessoa Jurídica	Total Exterior Pessoa Jurídica
BNDES	18%	17%	4%	9%	33%	0%	0%
BB	17%	10%	25%	18%	19%	8%	10%
ITAU	17%	2%	10%	11%	8%	23%	53%
BRADESCO	14%	23%	16%	13%	8%	27%	26%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10%	23%	16%	14%	10%	9%	0%
SANTANDER	7%	5%	10%	9%	6%	13%	5%
SUBTOTAL	83%	80%	81%	74%	85%	80%	93%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
BNDES	333.187.749	6%	2%	12%	80%	0%	0%
BB	314.901.491	3%	12%	25%	50%	0%	10%
ITAU	302.285.126	1%	5%	16%	22%	0%	56%
BRADESCO	251.820.330	8%	9%	23%	24%	0%	33%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	192.137.434	8%	13%	31%	42%	0%	0%
SANTANDER	123.035.539	2%	12%	32%	39%	0%	12%
SUBTOTAL	1.517.367.669	28%	8%	21%	45%	0%	20%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	R\$ 1.831.725.692	35%	8%	24%	44%	0%	18%

Fonte: Banco Central do Brasil - SCR - março 2017

Distinguindo na Tabela 8 a carteira de crédito para Pessoa Jurídica (PJ), entre eles, as menores participações são do Santander (6,7%) e da Caixa (10,5%). As Indústrias de Transformação ainda têm o maior peso no sistema bancário nacional (21%); para o BB, 27% entre todas as atividades econômicas. Ele tem 22% desse mercado. Depois, como nicho, vem o Comércio com 14%, cuja participação do BB é 23%. Há “mercado cativo” por parte dos citados bancos públicos federais em Administração Pública (7% da carteira PJ), institucionalmente, o BNDES atende 40%, o BB, 29%, e a Caixa, 27%. Em contrapartida, em carteira de PJ no exterior, que representa 17,5% de todas as atividades financiadas, o Itaú (56%) e o Bradesco (33%) dominam.

Por porte dos clientes PJ, o Bradesco e a Caixa têm 23% cada qual do mercado de microempresas, o BB tem $\frac{1}{4}$ do mercado de pequenas empresas e 18% de médias. No de grandes empresas, o BNDES domina $\frac{1}{3}$. Os “*big six*” têm 83% do crédito a PJs.

Grandes empresas tomam 80% do crédito concedido pelo BNDES, 50% pelo Banco do Brasil e 42% pela Caixa. Médias empresas pesam 31% para a Caixa e 32% para o Santander. Microempresas têm peso menor para os “*big six*”, embora recebam 35% do crédito do sistema financeiro nacional, abaixo só dos 44% concedidos às grandes empresas.

Em torno de $\frac{2}{3}$ dos financiamentos habitacionais às Pessoas Físicas são realizados pela Caixa. Por ser um crédito cumulativo em longo prazo, em todos os destinos regionais da carteira de crédito (Tabela 9) a Caixa lidera: Sudeste (20%), Centro-Oeste (25%), Nordeste (28%), Norte (25%) e Sul (23%). Os bancos privados lideram o concedido no exterior: Itaú (57%) e Bradesco (22%). Santander tem 51% de “região não informada”.

O Sudeste recebe 47% do crédito total. Todos os “*big six*” têm essa região como o maior mercado: de 38% do Itaú até 59% nos casos do BNDES e do Santander – e quase metade nos demais. Em seguida vem a região Sul com 16% do total.

Tabela 9

Carteira de crédito ativa - por região geográfica

Instituição	UF	Total Geral	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sul	Região não Informada	Total Exterior
Público		50,53%	52,33%	63,54%	60,97%	59,09%	55,64%	58,21%	8,87%
Privado Nacional		36,99%	32,93%	25,07%	28,40%	30,86%	32,56%	35,04%	82,92%
Privado Estrangeiro		12,48%	14,74%	11,39%	10,63%	10,05%	11,80%	6,75%	8,21%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	DF	20%	21%	25%	28%	25%	23%	3%	0%
BB	DF	18%	18%	24%	19%	25%	20%	3%	9%
ITAU	SP	15%	12%	6%	9%	8%	8%	12%	57%
BRADESCO	SP	12%	12%	8%	12%	13%	9%	13%	22%
BNDES	RJ	10%	12%	11%	11%	5%	5%	51%	0%
SANTANDER	SP	7%	9%	4%	6%	5%	7%	4%	6%
BANRI SUL	RS	1%	0%	0%	0%	0%	4%	1%	0%
BD REGIONAL DO EXTREMO SUL	RS	0,4%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%
BCO DO NORDESTE DO BRASIL	CE	0,4%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%
BCO DA AMAZONIA (BASA)	PA	0,1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%
BCO DES. DE MG (BDMG)	MG	0,2%	0,3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
BCO DES. DO ES S.A. (BANESTES)	ES	0,03%	0,07%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SUBTOTAL		85%	85%	79%	87%	82%	78%	87%	94%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	DF	701.198.444	49%	12%	16%	4%	19%	0%	0%
BB	DF	622.171.501	47%	13%	12%	5%	18%	0%	5%
ITAU	SP	525.772.633	38%	4%	7%	2%	8%	1%	40%
BRADESCO	SP	421.050.976	45%	7%	11%	4%	12%	2%	20%
BNDES	RJ	333.189.240	59%	11%	13%	2%	8%	8%	0%
SANTANDER	SP	255.829.247	59%	6%	9%	2%	14%	1%	9%
BANRI SUL	RS	29.473.641	10%	2%	3%	1%	82%	1%	0%
BD REGIONAL DO EXTREMO SUL	RS	13.500.448	3%	2%	0%	0%	94%	0%	0%
BCO DO NORDESTE DO BRASIL	CE	12.356.113	17%	6%	75%	1%	1%	0%	0%
BCO DA AMAZONIA (BASA)	PA	3.707.535	37%	23%	14%	23%	3%	0%	0%
BCO DES. DE MG (BDMG)	MG	5.995.060	95%	2%	2%	0%	1%	0%	0%
BCO DES. DO ES S.A. (BANESTES)	ES	1.076.425	99%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SUBTOTAL		2.914.542.243	47%	9%	12%	3%	15%	2%	12%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		R\$ 461.414.737,00	47%	10%	11%	3%	16%	1%	11%

Fonte: Banco Central do Brasil - SISBACEN - março de 2017 - em R\$ mil

As políticas públicas social-desenvolvimentistas buscaram contrapor-se a essa trajetória de concentração de renda regional. Elas não conseguiram determinar, de maneira irreversível, o fim do processo de desigualdade regional. Isto porque a continuidade das políticas sociais ativas que repercutiam em ampliação do mercado interno, tanto de consumo, quanto de financiamento, dependeria da manutenção da frágil democracia brasileira.

Tabela 10

Data	Estado de São Paulo			Região Norte			Região Nordeste			Região Centro-Oeste			Região Sudeste			Região Sul			Total
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
jan/04	10%	28%	38%	1%	2%	3%	6%	3%	10%	5%	4%	9%	16%	43%	59%	7%	11%	19%	100%
dez/04	11%	27%	37%	1%	2%	3%	6%	3%	10%	5%	5%	10%	17%	40%	57%	8%	11%	20%	100%
dez/05	11%	25%	36%	2%	2%	3%	6%	3%	10%	6%	4%	10%	19%	38%	57%	9%	11%	20%	100%
dez/06	12%	23%	35%	2%	2%	4%	5%	4%	11%	6%	4%	10%	20%	37%	57%	9%	11%	19%	100%
dez/07	13%	23%	35%	2%	2%	4%	5%	4%	11%	6%	4%	9%	21%	36%	57%	9%	10%	19%	100%
dez/08	12%	22%	34%	2%	2%	4%	5%	4%	11%	5%	4%	9%	21%	36%	57%	9%	11%	19%	100%
dez/09	13%	20%	33%	2%	2%	4%	6%	4%	12%	5%	4%	9%	22%	35%	57%	9%	9%	18%	100%
dez/10	13%	20%	33%	2%	2%	4%	6%	4%	13%	5%	4%	9%	22%	34%	56%	9%	9%	18%	100%
dez/11	13%	19%	32%	2%	2%	4%	7%	4%	13%	5%	4%	9%	22%	33%	56%	9%	9%	18%	100%
dez/12	13%	19%	32%	2%	2%	4%	6%	4%	13%	5%	4%	9%	22%	33%	55%	9%	9%	18%	100%
dez/13	13%	18%	31%	2%	2%	4%	6%	4%	13%	6%	4%	10%	22%	32%	54%	9%	9%	18%	100%
dez/14	13%	18%	30%	2%	2%	4%	6%	4%	13%	6%	5%	10%	22%	32%	54%	9%	9%	18%	100%
dez/15	13%	18%	30%	2%	2%	4%	5%	4%	13%	6%	5%	11%	22%	33%	55%	10%	8%	18%	100%
dez/16	14%	17%	31%	2%	1%	4%	5%	4%	13%	6%	4%	11%	23%	31%	54%	10%	8%	18%	100%
dez/17	14%	16%	30%	3%	1%	4%	5%	4%	13%	7%	4%	11%	25%	29%	53%	11%	8%	19%	100%

Fonte: BCB - SGS - Sistema Gerenciador de Séries - Economia Regional - Consolidado Regional (Elaboração Fernando Nogueira da Costa)

A Tabela 10 acima demonstra que a volta da Velha Matriz Neoliberal, em 2015, interrompeu o processo de queda na participação relativa do Estado de São Paulo como destino do crédito de 38% para 30%, devido em especial ao dirigido para a Pessoa Física. Os bancos públicos perderam participação no mercado de crédito em 2017 pela primeira vez desde 2007, quando o conjunto de instituições oficiais controlavam 34% do mercado. Encolheu de 56% em 2016 para 54% em 2017. O saldo das operações de crédito do sistema financeiro diminuiu -0,6% em doze meses, ficando em R\$ 3.086 bilhões no final do ano passado. A relação crédito/PIB baixou para 47,1%, face a 49,6% no final de 2016 e 53,7% no final de 2015: quase menos 7 pontos percentuais do PIB.

A partir da crise financeira mundial de 2008, dado o recuo dos bancos privados, os públicos tiveram o seu papel ampliado com a adoção de políticas anticíclicas. Foram usados também como instrumento indutor da queda dos juros e dos spreads bancários em 2012. Aliás, foi uma política correta, ao contrário de sua demonização por parte da imprensa neoliberal. O problema foi sua interrupção, em abril de 2013, com o Banco Central, indiferente ao crescimento econômico, voltando à elevação arbitrária de juros.

Para ver o efeito do recente encolhimento dos bancos públicos pelo governo neoliberal, deixando-os descapitalizados, é necessário fazer cálculos em *big data* – uma imensa planilha (10.304 linhas e 65 colunas) de ESTBAN, baixada no site do Banco Central do Brasil. Contém dados das agências de todos os bancos em todas as cidades brasileiras. Na Tabela 11 está o cálculo da relação entre empréstimos e depósitos (a prazo e de poupança), para cada grande banco e cada cidade, e depois em estados selecionados.

Tabela 11

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE CIDADES			
	BANCÁRIA	E/D < 1	E / D > = 1	TOTAL
CAIXA		8	1.635	1.643
BB		65	2.865	2.930
BRADESCO		2.145	138	2.283
ITAÚ		1.005	126	1.131
SANTANDER		570	160	730
SUBTOTAL		3793	4924	8717
OUTROS		1343	927	2.270
TOTAL		5136	5851	10.987

Fonte: BCB - ESTBAN dez.2016 (elab. FNC)

Enquanto os maiores bancos privados nacionais e estrangeiros drenam recursos da maioria das cidades onde localizam suas agências, a Caixa e o Banco do Brasil em praticamente todas em que estão presentes concedem mais empréstimos do que captam. Em outras palavras, os privados sugam, os públicos irrigam liquidez.

Tabela 12

UF	MUNICIPIO	NOME_INSTITUICAO	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÃO	DEPÓSITOS: CDB + DP	PARTICIPAÇÃO	RELAÇÃO E/D
SP	SAO PAULO	BCO DO BRASIL S.A.	132.156.615.316,00	8%	65.893.544.194,00	11%	2,01
SP	SAO PAULO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	78.480.690.340,00	5%	73.025.949.279,00	12%	1,07
SP	SAO PAULO	ITAU UNIBANCO BM S.A.	227.021.957.750,00	14%	48.999.220.204,00	8%	4,63
SP	SAO PAULO	BCO BRADESCO S.A.	47.369.087.025,00	3%	44.626.472.116,00	7%	1,06
SP	SAO PAULO	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	263.855.115.350,00	16%	39.752.711.330,00	7%	6,64
SP	SAO PAULO	SUBTOTAL E MÉDIA	748.883.465.781,00	46%	272.297.897.123,00	45%	3,08
SP	SAO PAULO	OUTROS 85 BANCOS	325.215.182.121,00	20%	90.674.610.611,00	15%	3,59
SP	SAO PAULO	TOTAL E MÉDIA	1.074.098.647.902,00	66%	362.972.507.734,00	61%	2,96
SP	ABCD OG + INTERIOR	TODOS OS BANCOS	548.137.438.129,00	34%	235.751.222.217,00	39%	2,33
SP	ESTADO DE SP	TODOS OS BANCOS	1.622.236.086.031,00	100%	598.723.729.951,00	100%	2,71
RJ	CAPITAL	TODOS OS BANCOS	168.440.730.962,00	81%	121.481.088.408,00	72%	1,39
RJ	INTERIOR	TODOS OS BANCOS	38.865.462.808,00	19%	47.144.587.841,00	28%	0,82
RJ	ESTADO	TODOS OS BANCOS	207.306.193.770,00	100%	168.625.676.249,00	100%	1,23
MG	CAPITAL	TODOS OS BANCOS	82.231.891.709,00	45%	43.844.923.313,00	37%	1,88
MG	INTERIOR	TODOS OS BANCOS	101.884.773.105,00	55%	75.417.057.905,00	63%	1,35
MG	ESTADO	TODOS OS BANCOS	184.116.664.814,00	100%	119.261.981.218,00	100%	1,23
RS	CAPITAL	TODOS OS BANCOS	70.105.223.599,00	45%	66.182.359.301,00	57%	1,06
RS	INTERIOR	TODOS OS BANCOS	84.041.778.244,00	55%	49.943.551.296,00	43%	1,68
RS	ESTADO	TODOS OS BANCOS	154.147.001.843,00	100%	116.125.910.597,00	100%	1,33
BA	CAPITAL	TODOS OS BANCOS	30.633.938.572,00	50%	25.228.895.330,00	50%	1,21
BA	INTERIOR	TODOS OS BANCOS	30.923.286.873,00	50%	25.373.571.043,00	50%	1,22
BA	ESTADO	TODOS OS BANCOS	61.557.225.445,00	100%	50.602.466.373,00	100%	1,22
PE	CAPITAL	TODOS OS BANCOS	30.062.509.582,00	68%	23.953.767.388,00	64%	1,26
PE	INTERIOR	TODOS OS BANCOS	14.471.527.645,00	32%	13.334.895.032,00	36%	1,09
PE	ESTADO	TODOS OS BANCOS	44.534.037.227,00	100%	37.288.662.420,00	100%	1,19

Fonte: BCB - ESTBAN dez.2016 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa) - Obs.: Soma de Depósitos a Prazo e Depósitos de Poupança

Na Tabela 12, verifica-se “a política Robin Hood” dos bancos públicos. Banco do Brasil e Caixa captam mais depósitos a prazo e de poupança do que seus grandes concorrentes (23% a 22%) no centro financeiro (capital de São Paulo), mas têm menor *Market-share* no mercado de crédito paulistano. O Bradesco, provavelmente, registra suas operações de crédito junto à sede em Osasco na Grande São Paulo.

Interessante observar que, nesses seis estados selecionados, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife têm proporcionalmente mais captação e empréstimos do que o interior de seus estados. Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm 45% dos empréstimos na capital e 55% no interior, embora o percentual de captação em Porto Alegre seja superior ao de Belo Horizonte, comparados respectivamente com os percentuais dos interiores gaúchos e mineiros. Salvador e o interior da Bahia convivem equilibradamente, meio a meio.

A relação empréstimos / depósitos para esses estados e suas capitais superior a 1 demonstra que, em todos, o *funding* vai além do típico do crédito comercial e imobiliário – “dinheiro comprado” em CDBs e poupança. Provavelmente, também recorrem os públicos a fundos parafiscais (FCO e FGTS), os privados nacionais a captações no mercado aberto ou depósitos a vista, e o estrangeiro a repasses externos.

Uma segunda função bancária básica é oferecer segurança, rendimentos e liquidez para os clientes capitalizarem suas sobras de renda do trabalho a fim de se sustentarem durante a fase inativa após a retirada da vida profissional. Nesta atuação, os nichos de mercado de cada banco comercial são menos conhecidos.

Tabela 13

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) Data-base: Junho 2017 - Balanetes processados até: 31/08/2017

Instituição	Passivo exigível	Depósitos					
		Depósitos à vista	Depósitos poupança	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à prazo	Depósitos outros	Depósito total
BRDESCO	12%	11%	14%	1%	11%	1%	11%
ITAU	16%	38%	16%	3%	15%	1%	17%
SANTANDER	8%	6%	5%	3%	10%	1%	8%
BB	18%	22%	22%	22%	18%	17%	20%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	16%	11%	38%	1%	19%	37%	23%
SUBTOTAL	70%	88%	96%	30%	73%	57%	80%
SBB	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Sisbacen

Na captação de produtos bancários, no primeiro semestre de 2017 (Tabela 13), o Itaú liderou (38%) em depósitos a vista, superando o tradicional líder (BB com 22%). A Caixa manteve a liderança em depósitos de poupança (38%), secundada pelo BB (22%), e obteve-a em depósitos a prazo (19%), também superando o BB (18%). Este só foi líder (28%) em captações no mercado aberto. Em Letras Financeiras, o Bradesco liderou com 37% das emissões. No passivo da Caixa, 41% são depósitos, destacando-se 20% em poupança e 18% a prazo. Apenas 2% foram captados em depósitos a vista. No caso do Itaú, foram 8% nesse passivo não oneroso – mais lucro se obtém com menor custo.

Em compensação, no Ranking de Administração de Recursos de Terceiros (AuM), em janeiro de 2017 (Tabela 14), a Caixa só superou em valor (9% ou R\$ 343 bilhões) e clientes (11% ou 1,189 milhão) o Santander, respectivamente, 8% (R\$ 269,5 bilhões) e 7% (796 mil). O Bradesco era o líder (30%) em clientela (3,262 milhões), embora tivesse apenas 15% em valor (R\$ 593 bilhões). O BB DTVM o superava (23%) em valor (R\$ 878 bilhões) com 2,074 milhões de

clientes (19%), assim como o Itaú: R\$ 663 bilhões (18%) e 2,335 milhões de clientes (21%). Investidores no Bradesco eram menos abastados.

Tabela 14

AuM (Assets under Management) por Clientes

Dados em R\$ milhões

Jan/18

Administrador de Recursos de Terceiros	Total Global de Ativos (*)	Participação Relativa	Total de Clientes	Participação Relativa
BB DTVM S.A	878.352,4	23%	2.074.399,0	19%
ITAU UNIBANCO SA	662.977,5	17%	2.335.018,0	21%
BRADESCO	592.893,6	15%	3.262.448,0	30%
CAIXA	343.319,2	9%	1.188.710,0	11%
BANCO SANTANDER	293.224,5	8%	796.318,0	7%
OUTROS (25)	1.081.718,4	28%	1.348.887,0	12%
Total	3.852.485,6	100%	11.005.780	100%

Fonte: ANBIMA - Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros - Janeiro de 2018 (elaboração FNC)

Quando se analisa os dados de AuM por Investidor (Tabela 15), publicados pela ANBIMA, observa-se claramente os nichos de mercado de cada grande banco. BB tem 45% dos recursos da EFPC, fundos de pensão “fechados” patrocinados por empresas públicas. Além dele, apenas a Caixa (23%) disputa este nicho entre os “big five” sem o BNDES. Já nas EFPC patrocinadas por empresas privadas, Itaú detém 18%, o Santander 18% e Bradesco 7%; outras 25 instituições financeiras privadas administram 55%. Os maiores volumes de recursos das EAPC (VGBL/PGBL) são administrados pelo BB (31%), Bradesco (30%) e Itaú (21%).

Tabela 15

AuM por Investidor

Dados em R\$ milhões

Jan/18

Administrador	EFPC	EFPC	Inv. Inst.	EAPC	PJ	PJ	PF	PF	PF
	Emp. Públicas	Emp. Privadas	Seguradora	Prev. Ab.	Corporate	Middle Market	Private	Varejo Alta Renda	Varejo
BB DTVM S.A	45%	3%	15%	31%	12%	21%	7%	18%	38%
ITAU UNIBANCO	0%	18%	12%	21%	19%	42%	25%	32%	12%
BRADESCO	2%	7%	23%	30%	31%	22%	6%	14%	17%
CAIXA	23%	0%	5%	6%	8%	6%	3%	10%	13%
BANCO SANTANDER	2%	18%	5%	5%	9%	0%	5%	15%	8%
OUTROS 25 BANCOS	28%	55%	40%	7%	21%	9%	53%	11%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: ANBIMA - Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros - Janeiro de 2018 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Tabela 16

AuM por Investidor					jan/18
Administrador de Recursos de Terceiros	(a)	(b)	(c)	(d)	(a+b+c+d)
	EFPC Emp.Públicas	EFPC Emp. Privadas	Seguradora	EAPC (VGBL/PGBL)	Investidores Institucionais
BB DTVM	12%	1%	2%	27%	43%
ITAU	0%	9%	2%	24%	35%
BRADESCO	1%	4%	5%	39%	48%
CAIXA	16%	0%	2%	14%	32%
SANTANDER	1%	19%	2%	13%	36%
OUTROS (25)	6%	16%	5%	5%	32%
Total	6%	8%	3%	20%	38%
Administrador de Recursos de Terceiros	(e)	(f)	(g)	(e + f + g)	(h)
	Private	Varejo Alta Renda	Varejo	PF	RPPS
BB DTVM	5%	7%	12%	24%	6%
ITAU	22%	18%	5%	45%	0%
BRADESCO	6%	9%	8%	23%	1%
CAIXA	6%	11%	11%	28%	18%
SANTANDER	10%	18%	8%	36%	1%
OUTROS (25)	28%	4%	3%	35%	1%
Total	15%	10%	7%	32%	4%
Administrador de Recursos de Terceiros	(i)	(j)	(k)	(l + j + k)	(l)
	Capitalização	Corporate	Middle Market	PJ	Poder Público
BB DTVM	1%	5%	2%	9%	17%
ITAU	0%	12%	6%	18%	1%
BRADESCO	1%	21%	4%	26%	0%
CAIXA	1%	10%	2%	12%	9%
SANTANDER	1%	12%	0%	13%	4%
OUTROS (25)	0%	8%	1%	9%	1%
Total	1%	10%	3%	14%	5%
Administrador de Recursos de Terceiros	(m)	(n)	(o)	Total Global de Ativos	
	Fundos de Investimento	Estrangeiros	Outros		
BB DTVM	0%	1%	0%	100%	
ITAU	0%	0%	0%	100%	
BRADESCO	1%	0%	0%	100%	
CAIXA	0%	0%	0%	100%	
SANTANDER	3%	8%	0%	100%	
OUTROS (25)	9%	6%	8%	100%	
Total	3%	3%	2%	100%	

Fonte: ANBIMA - Ranking Global AuM - jan 2018 (elaboração do autor)

Em janeiro de 2018, as EAPC possuem 20% do total de ativos, superando os 14% das EFPC (Tabela 16). Em seguida, nesse *ranking*, vêm recursos das Pessoas Físicas: Varejo Tradicional (7%) liderado pela BB DTVM (40%), Varejo Alta Renda (10%) liderado pelo Itaú (32%), e *Private Banking* (15%), liderado

também pelo Itaú (25%). Nesta administração de grandes fortunas, outras instituições financeiras (fora os “*big five*”) em bloco detêm parte significativa: 29%. Os 117 mil clientes muito ricos não se misturam, reivindicando atendimento pessoal em fundos exclusivos. A riqueza financeira deles supera mesmo a do *Corporate* e a do *Middle Market* (ambos Pessoas Jurídicas) reunidas: 13% do total de ativos. No primeiro o Bradesco lidera com 31% e no segundo o Itaú, com 40%.

Então, cada um dos “*big five or six*” explora bem seus nichos de mercado.

Tabela 17

Quantidade de Clientes e de Operações			março/2017
Instituição	Quantidade de Clientes	% de Clientes	% de Operações
BRDESCO	27.302.528	22%	29%
ITAU	25.754.997	20%	22%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	15.056.827	12%	10%
BB	11.725.941	9%	8%
SANTANDER	10.302.133	8%	6%
SUBTOTAL "BIG FIVE"	90.142.426	71%	75%
SUBTOTAL	106.938.938	85%	85%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	126.374.203	100%	100%

Fonte: Banco Central do Brasil - SCR - Sistema de Informações de Crédito - março 2017

Quanto à quantidade de clientes e operações de crédito (Tabela 17), é interessante a disputa de liderança por parte do Bradesco, respectivamente, 22% e 29%, e do Itaú, 20% e 22%. Um com 27,3 milhões, outro com 25,7 milhões, superam bastante os números de clientes da Caixa (15 milhões), BB (11,7 milhões) e Santander (10,3 milhões). Todos juntos têm 71% dos clientes e fazem 75% do número das operações de crédito, entre as quais as inúmeras de cartões de crédito, do sistema bancário nacional.

Isto é registrado por dados do SCR do Banco Central. Porém, os bancos informam bases de clientes, baseadas em contas com cartões de pagamento, muito maiores, inclusive por causa de dupla contagem. Por exemplo, segundo informações da Análise do Desempenho do BB (1T17), ele tem uma *base de clientes* que, em março de 2017, alcança 65,244 milhões, sendo que em suas contas correntes Pessoas Físicas são 34,738 milhões e Pessoas Jurídicas,

2,367 milhões. Sua base total de cartões emitidos atinge 69,3 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos. Essa base de cartões com uso recorrente – com pelo menos uma transação de compra nos últimos 30 dias – atinge, em março de 2017, 8,1 milhões na função de cartão de crédito e 11,2 milhões na função de cartão de débito.

Os destaques dos bancos privados em rentabilidade (ROA: LL / AT), cobertura (RPS / DP) e eficiência (DT / RT), e os bancos públicos em alavancagem financeira (AT / KT) dizem respeito ao foco de cada qual por origem de capital (Tabela 18). Aqueles se atentam mais para as ações comerciais lucrativas e estes para suas missões sociais, isto é, destinarem créditos agrícolas, imobiliários e à infraestrutura a setores prioritários para a sociedade brasileira, embora não sejam os mais rentáveis.

Tabela 18

63 Maiores Bancos do Brasil Consolidado do Sistema Financeiro Nacional

Instituições / Indicadores março 2017	Retorno (LL) / Alavancagem		Índice de Eficiência DT / RT	Índice de Cobertura RPS / DP	Serv. / Cart. (RPS + RTB) / RBIF	Índice de Basileia
	Ativo (ROA)	Ativo / Capital (AT / KT)				
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,12%	45,7	-68%	-80%	89%	13,5
BB	0,17%	18,2	-98%	-64%	133%	18,1
BNDES	0,04%	15,6	-68%	-11%	6%	22,8
SUBTOTAL 3 BANCOS PÚBLICOS	0,12%	22,0	-80%	-71%	101%	
ITAU	0,44%	10,2	-42%	-103%	50%	18,1
BRDESCO	0,38%	10,3	-73%	-70%	70%	15,2
SANTANDER	0,26%	11,4	-42%	-125%	42%	15,7
SUBTOTAL 3 BANCOS PRIVADOS	0,38%	10,5	-51%	-93%	53%	
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	0,25%	12,4	-64%	-77%	60%	

Fonte: Banco Central do Brasil - SCR - março 2017. Obs.: Índice de Eficiência: quanto menor, mais eficiente.

Mas há uma diferença notável entre os públicos e os privados: a soma de receita por prestação de serviços (RPS) e rendas de tarifas bancárias (RTB) em relação à margem financeira líquida (RBIF) é superior nos primeiros. Isto ocorre talvez pela Caixa prestar serviços públicos e pelo BB obter $\frac{3}{4}$ de suas rendas de tarifas só com conta corrente (26%), administração de fundos (16%), seguros e previdência (13%), cobrança (7%), garantias (7%) e cartões (6%).

No entanto, os privados “digitalizam” melhor seus clientes, internalizando mais pagamentos do varejo em seus sistemas de informações e propiciando um multiplicador monetário endógeno. Além de emprestar e captar (ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros), outra função crucial dos bancos é

viabilizar o sistema de pagamentos. Hoje, o *mobile banking* tornou-se essencial na competição bancária. Via cartões de crédito são realizadas quase 1/3 das operações de crédito para PF no Itaú e deles originam 37% de suas receitas de serviços. Para se ter uma ideia de sua importância, em segundo lugar vêm receitas de administração de fundos com 12%.

6. Conclusão

As autoridades econômicas intervêm frequentemente na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial. Isso impacta variáveis fundamentais para estratégia de crescimento do sistema financeiro, tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico. Limita a atuação dos bancos em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes.

Ao contrário do que muitos adeptos da hipótese da “financeirização” pensam, de maneira simplória, a elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo, pode ter um efeito adverso relevante sobre o sistema bancário. Mudanças nas taxas de juros podem afetar as margens líquidas, já que influenciam os custos de captação e a concessão de empréstimos. Os aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito e elevar o risco de inadimplência dos clientes. Aumentam o custo de oportunidade de reservas líquidas. Já reduções na taxa SELIC diminuem ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as margens líquidas.

Em 31 de dezembro de 2016, há 138 conglomerados, bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento e a Caixa, dentre um total de 1.454 instituições financeiras no Brasil. Por que o Itaú-Unibanco, o Bradesco e o Santander são os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos? Naquela data, esses bancos respondem por 37,8% do total de ativos do setor bancário brasileiro. O BB, a Caixa e o BNDES retêm 43,2% desse total.

As interações entre eles e seus diversos clientes, seja Pessoa Jurídica, seja Pessoa Física, propiciam a emergência da complexidade do sistema financeiro

nacional. Para compreendê-la, a simplicidade do diagnóstico da “financeirização”, como queríamos demonstrar, é muito reducionista.

Os seguintes pontos fortes proporcionam vantagens competitivas significativas e distinguem cada banco de sua concorrência. A marca do banco tem de ser altamente reconhecida no Brasil, associada à qualidade na prestação de serviços e à confiança de que ele é “grande demais para quebrar”. Ao oferecer todos os produtos bancários, atrai demanda de clientes, em especial, os de alta renda com atendimento pessoal.

Para atendimento massivo, é necessário evoluir como banco digital, combinando tecnologia inovadora e adequando-se aos clientes populares através de transações financeiras cada vez mais simples e baratas. A presença local representa uma vantagem competitiva para oferecer serviços bancários à variedade de clientes, mas a virtual propicia horário de atendimento ampliado para os trabalhadores. A rede de agências, embora deva ter alcance nacional a fim de oferecer crédito a todas as regiões, tem de estar estrategicamente concentrada na região Sudeste, onde se localiza o centro financeiro de captação de recursos. Apenas a rede de agências do Itaú se destaca em outros países da América Latina. A rede exclusiva de caixas eletrônicos é também um dos fortes pontos competitivos dele, o líder dos bancos privados.

Diversificação de receitas por parte de um banco proeminente o capacita a enfrentar os ciclos de negócios adversos. Com uma linha diversificada de produtos e serviços atende às necessidades de diferentes tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Esse modelo de negócio aumenta as participações nos distintos mercados de crédito e títulos e valores mobiliários, além da receita de tarifas.

O intenso uso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos com foco em mobilidade e conveniência contribui para o aumento de vendas de produtos e serviços. A massificação do acesso permitida por ela distingue o setor bancário frente a outros. Nos últimos seis anos, por exemplo, os investimentos e as despesas em tecnologia por parte dos bancos brasileiros somam R\$ 116,7

bilhões. Representa o maior segmento da TI brasileira. A tecnologia bancária brasileira é considerada *up-to-date* no mundo.

Empresas de tecnologia também começam a oferecer serviços financeiros, via *fintechs*, *startups* especializados em finanças que estão protagonizando uma transformação do mercado financeiro. Para se conectar com esse empreendedorismo tecnológico, e evoluir como banco digital, cada banco do “*big five*” a fim de obter vantagem competitiva com essa fronteira tecnológica tende a oferecer um espaço de *coworking* para *startups* digitais. Estas recebem investimentos daqueles que apostam em seus modelos de negócio.

A revolução das *fintechs* é uma resultante da popularização das tecnologias móveis via celulares inteligentes. Pobres e jovens possuidores se acostumam a não interagir com pessoas que os discriminam. Passam a adquirir bens e serviços, inclusive financeiros, de maneira remota. Por trás da complexidade do sistema bancário, há a simplicidade de dois desafios: os bancos devem crescer conjuntamente com seus clientes, reconhecendo-os como cidadãos, e ganhar economia-de-escala com o acesso popular.

Como queria demonstrar neste artigo, das interações de múltiplos componentes, desde clientes Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, de diferentes segmentos e portes, até os próprios bancos, seja privado, seja público, emerge a complexidade do sistema bancário brasileiro. Embora regulado com normas da Autoridade Monetária, ele é auto organizado de forma dinâmica em processo de retroalimentação. Ao conceder crédito, alavanca financeiramente os investimentos, multiplicando a renda e gerando emprego. Não é uma atividade parasitária, muito antes pelo contrário, favorece a expansão do valor agregado, acrescenta e possibilita a defesa do poder aquisitivo das reservas para a fase inativa dos trabalhadores. Por esse e outros motivos aqui expostos, todos cidadãos desejam, voluntariamente, ser participantes desse sistema bancário. Acesso a bancos e crédito significa uma conquista da cidadania financeira.

Bibliografia:

BRAGA, J.C.S.. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade*. Campinas, (2) 25-27; 1993.

BRAGA, J.C.S.. Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo? In A. S. Barroso & R. Souza (Eds.). *A grande crise capitalista 2007-2013*. SP: Anita Garibaldi; 2013.

BRAGA, J. C.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETTO, A. W.; DEOS, S.. *Por uma Economia Política da Financeirização: Teoria e Evidências*. Campinas, XXII SEP, 2017.

CEMEC – Centro de Estudos do IBMEC. *Contas Financeiras CEMEC: Financiamento de Entidades Não Financeiras*. São Paulo: Nota CEMEC 04/2017; junho de 2017.

CHENAIS, F.. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: Brunhoff, S.; Chesnais, F.; Duménil, G.; Lévy, D.; e Husson, M.. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo: EDUSP; 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo; Editora Perseu Abramo – Coleção FENAE; 2016.

FEIJÓ, C.; CORRÊA, M. F.; LEMOS, P. M. *Financeirização, Firms Não Financeiras e o Ciclo Econômico Recente da Economia Brasileira*. Campinas, XXII SEP, 2017.

FEIL, Fernanda F. e SLIVNIK, Andrej. *Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: Notas sobre sua evolução patrimonial recente*. Campinas, XXII SEP / ABDE, 2017.

JAYME Jr, F. G. e CROCCO, M. (Orgs.). *Bancos Públicos e Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, Employment & Society*. 25(4), 611-626, 2011.

LE GOFF, J. *A Bolsa e a Vida: A Usura e A Religião na idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Ângela. *A Banca Islâmica*. São Paulo: Editora Qualitymark, 2004.

MARX, Karl. *O Capital – O processo de circulação do capital*. SP: Abril Cultural, 1983b, vol. II.

MATTOSO, Jorge. *Para que bancos públicos federais de varejo?* Observatório de Políticas Públicas do Instituto Lula. <http://www.institutolula.org/jorge-mattoso-para-que-bancos-publicos-federais-de-varejo>

MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (orig. 1848).

MIRANDA, Bernardo P. J. de & MATOS, Cirlene M. de. *Financeirização e investimento produtivo: uma análise das empresas não financeiras do Novo Mercado da Bovespa*. Campinas, XXII SEP, 2017.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO, Eleutério. *Complexidade e Práxis*. São Paulo: Pléiade, 2011.

PRADO, Eleutério. *Economia e Complexidade*. São Paulo: Pléiade, 2014.

PRADO, Eleutério. *Economia, Complexidade e Dialética*. São Paulo: Pléiade, 2009.

PRADO, Eleutério. Exame Crítico da Teoria da Financeirização. *Crítica Marxista*. São Paulo; n. 39; 13-34; 2014.

RICARDO, David. *The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes*. London: John Murray, 1810.

WEBER, Max. *História geral da economia* (Cap. IV). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Cap. II e V). São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.